

A Educomunicação na gestão do conhecimento em organizações socioambientais à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

DÉBORA MENEZES

Comunicação e Educação Ambiental, tudo a ver

Quando realizei a pesquisa de mestrado *Comunicação e Mobilização na Gestão Participativa de Unidades de Conservação: o Caso da APA da Serra da Mantiqueira*¹, tive, como objetivo central, o de analisar o processo de comunicação entre diferentes atores sociais (Estado, ONGs, comunidades) envolvidos na gestão participativa da APA (Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira). A APA é uma grande área protegida por lei, entre os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, administrada pelo Poder Público Federal para garantir proteção e conservação de elementos da paisagem, da flora, da fauna e até mesmo da cultura regional. A chamada gestão participativa refere-se ao envolvimento dos atores que influenciam e são influenciados pela administração da APA, e envolve instrumentos como conselhos com representantes da sociedade e participação social em consultas públicas e construção de documentos norteadores de ações no território das áreas protegidas, como é o caso do plano de manejo.

1 Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (LABJOR/UNICAMP) para obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural, em 2015, sob orientação da Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas.

Minha motivação para a pesquisa vinha de trabalhos práticos anteriores ao mestrado, em áreas protegidas no Sul da Bahia. Contratada para utilizar estratégias de Educomunicação para promover a Educação Ambiental, mediando a produção de mídias feitas por moradores dentro e no entorno destas áreas – conhecidas como Unidades de Conservação (UCs), pude compreender melhor a relação entre os dois campos. Sendo a Educação Ambiental “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999), só é possível essa construção se houver democratização de informações (de cunho não só ambiental) e acesso ao conhecimento proveniente destas informações, participação coletiva na construção destes valores, e ainda a garantia de espaço para dar voz a quem participa dessa construção.

Na Bahia, ajudei a produzir jornais construídos a várias mãos, de pescadores, indígenas, trabalhadores rurais, representantes de organizações não-governamentais (ONGs). Muitos sentiram-se empoderados diante da possibilidade de realizar entrevistas e obter informações em órgãos públicos onde normalmente não teriam acesso; ou ainda refletiram sobre o fato de que não um fluxo de comunicação positivo entre quem administra uma UC, as comunidades dentro e no entorno destas áreas e os representantes da sociedade civil que participam do conselho, hoje a principal instância participativa da gestão das áreas protegidas. Há quem também tenha apontado a falta de retorno de pesquisas realizadas nestas áreas, por pesquisadores e universidades, assim como faltariam informações diversas sobre a própria UC².

É verdade, ainda, que este fazer educutivo trouxe à tona diversas questões, especialmente o fato de que existem pessoas à margem dos processos de tomada de decisão que precisam ser incluídas, ainda que não como representantes formais em um Conselho Gestor, por exemplo.

Como promover essa inclusão por meio da Educomunicação? Destaco dois pontos importantes e que mantêm uma relação que deveria ser óbvia, mas não é: 1) valorizar a comunicação não como ferramenta de *marketing*, de convencimento ou de simples repasse de informações, mas como processo de diálogo para chegar a sentidos comuns; 2) avançar

2 Para saber mais sobre as experiências na Bahia citadas até aqui, ver o artigo Contribuições da Relação entre Comunicação e Educação Ambiental para a Gestão Participativa de Unidades de Conservação (MENEZES, Débora, Revista Biodiversidade Brasileira, 4 (1), p. 3-16, 2014. Disponível em: < <http://bit.ly/1HHo28D>>.

para a construção de ecossistemas educacionais na gestão de projetos e programas envolvendo Educação Ambiental, Educomunicação e participação social em instâncias de decisão coletiva, como é o caso dos conselhos. Estes dois pontos coadunam com a visão de Educação Ambiental Crítica que Guimarães propõe, que teria a missão de

... promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (GUIMARÃES, 2004, p. 30-31).

Da Teoria da Mobilização Social aos ecossistemas educacionais

Soares (1999, 2002) chegou a um conceito de ecossistema educacional que, essencialmente, trata do esforço de se ampliar as relações de comunicação entre os envolvidos num processo educativo, tomando da biologia o termo “ecossistema”, que abrangeria as relações de todos os seres vivos com o meio e entre si. Seguindo essa lógica, avançar para a criação de ecossistemas educacionais significa prezar não somente pelo fluxo de informações, mas também das relações entre as pessoas e seus diferentes grupos sociais, possibilitando uma interação que permita descentralização da comunicação, acesso ao uso adequado de tecnologias da informação e uma rede que permita cada vez mais o diálogo. Voltando ao universo da gestão participativa de áreas protegidas, em si já carregado de contradições (afinal, a administração das Unidades de Conservação é de responsabilidade do Poder Público, mediante o que é normatizado pela legislação vigente, e nem todas as decisões sobre as áreas protegidas são unanimidade para quem é afetado por elas): em minha pesquisa no mestrado, optei por um estudo de caso, analisando a comunicação e a mobilização na gestão participativa da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira. A APA foi criada em 1995 para preservar nascentes, montanhas, e também garantir a conservação da paisagem e da cultura regional, e seu território de 435 mil hectares espalha-se por 30 municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Dentro dela, existem parques que não permitem a presença de moradores; em outras áreas, há uma zona rural muito próxima de cidades do Vale do Paraíba, entre São Paulo e Rio.

Acompanhei durante o período de campo da pesquisa (entre 2013 e 2014), todas as reuniões do Conselho Gestor dessa Unidade de Conservação, com mais de 30 representantes

do Poder Público e Sociedade Civil, para entender como se dá a comunicação e como este processo é percebido. Também acompanhei 15 das 50 reuniões comunitárias realizadas pelo órgão que administra a APA, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que tiveram como objetivo o de levantar informações socioeconômicas e demandas de comunidades locais para um diagnóstico do plano de manejo da UC, instrumento que dá apoio à gestão destas áreas. No período, ainda retornei a duas localidades rurais que receberam tais reuniões comunitárias para ter a percepção dos moradores sobre a APA, sobre o processo de construção do diagnóstico.

É um universo complexo esse da APA, assim como o é de qualquer Unidade de Conservação com a presença de moradores dentro ou no seu entorno. Quem participa do conselho tem visões diferentes sobre as questões ambientais, sobre o papel do conselho e da própria APA, o que é natural, dadas as diferentes culturas, as relações de poder e os conflitos locais relacionados ao uso dos recursos naturais, incluindo o uso do solo que não vou detalhar aqui, bem como é diferente o entendimento sobre o que seria Comunicação e Educação ambiental. O mais importante, no entanto, é entender os papéis dos envolvidos nessa rede de atores, tendo o Estado, representado pelo órgão gestor da UC, como mediador das questões socioambientais envolvendo a área protegida.

Para entender estes papéis, à luz dos ecossistemas educativos, trago a referência da Teoria da Mobilização Social, de Toro & Werneck (1996), que coaduna com a visão da Comunicação para além do ferramental (e ressalto, aqui, que embora seja nominado como “teoria”, o trabalho destes dois autores foi resultado de reflexões sobre a prática dos mesmos em programas e projetos de mobilização social). Para os autores, sendo o ato de mobilizar entendido como a convocação de vontades em busca de um objetivo comum, se compartilhando também sentidos e significados, a mobilização pode ser reconhecida como um ato de comunicação enquanto compartilhamento não só de informações, mas de significados e visões em comum. A participação na mobilização por algo, para Toro & Werneck, é decisão individual que depende, sobretudo de como as pessoas se enxergam como parte do processo participativo, e se nele sentem-se “capazes de provocar e construir mudanças” (TORO E WERNECK, 1996, p. 5).

Tal reflexão sobre mobilização e participação se parece muito com alguns dos objetivos já descritos da Educação Ambiental, e também tem a ver com o que se espera de mecanismos de gestão participativa como os conselhos das UCs. Como se alcança estes resultados têm a ver também com o papel que cada ator exerce no ecossistema educativo que se forma, no caso, dentro da gestão da APA.

Na APA, o órgão gestor ICMBio atua como o que Toro & Werneck (1996) denominam como produtor social, cujo papel, entre outros, seria o de convocar vontades, coletivizar informações, realizar processos educativos e comunicativos para promover a participação de diferentes segmentos sociais na gestão da UC. Já os conselheiros da APA e outros atores sociais que participam de reuniões, oficinas e outros momentos do universo da gestão, teriam o papel de atuarem como elos de uma rede de comunicação que se estendesse para as comunidades dentro e no entorno da APA. Na relação com o produtor social, os reeditores buscam sentidos comuns que os mobilizem em torno de questões envolvendo o uso e preservação de recursos naturais no território da UC; retroalimentação do compartilhamento de informações e sentidos, e ainda autonomia para que cada componente da rede exerça seu papel comunicador-mobilizador dentro do processo.

Há também uma terceira categoria apontada pelos autores, a de editor, que daria forma as informações nesse processo de comunicação envolvendo a APA, cuja missão é a de dar forma a estas informações para que “ela seja compreendida e absorvida pelo reeditor, e para que ele possa convertê-la em sua forma de sentir, de atuar e de decidir” (TORO e WERNECK, 1996, p. 25). Seria a figura de um assessor de comunicação, por exemplo, que teria o produtor social ICMBio como fonte e uma certa subordinação.

Reeditores, no entanto, pode ser qualquer pessoa a participar tanto diretamente do sistema de gestão participativa da UC, como é o caso dos conselheiros, quanto qualquer outra pessoa que optou por participar da mobilização pelos objetivos da Área de Proteção Ambiental. Como este reeditor lida com as informações a que teve acesso, ou não teve, como ele as transmite para continuar o processo de comunicação, é a princípio descentralizado do produtor social que, no caso, é o órgão gestor da área protegida. Se este reeditor for estimulado a compartilhar o conhecimento, gerar diálogo e reflexões, utilizando-se ou não de mídias a que têm acesso, ou aprendendo a utilizar mídias a partir de metodologias educacionais de construção coletiva, ele teria a liberdade para fazer o uso que quiser com as informações com ele compartilhadas. Com acesso a produção de mídias, o reeditor pode ampliar sua capacidade de comunicação e tornar-se um importante elo da rede de atores que são influenciados, no exemplo do estudo de caso da APA da Serra da Mantiqueira, pela gestão de uma UC. Aos produtores sociais, caberia o desafio de dar espaço e condições para que os reeditores se tornem personagens cada vez mais ativos da rede de comunicação dos atores da gestão participativa.

Parece fácil? Na prática, é um pouco mais complicado, especialmente pelo complexo papel de um órgão gestor ambiental, como é o caso do ICMBio, como produtor social, que

favoreça processos educativos e participativos, ao mesmo tempo em que é detentor de poderes de controle e de fiscalização. E num universo marcado por relações de poder, com interesses diversos, e cujas as decisões tomadas a partir da legislação ambiental, onde há uma instituição pública sendo fiscalizadora, nem são sempre compreendidas pelos atores do território de uma área protegida. Além disso, o órgão gestor tem o desafio de não ser apenas centralizar ou controlar informações, mas favorecer ecossistemas educacionais, apoiando, orientando, oferecendo formações aos reeditores diversos. Mesmo papel poderia ter uma Organização Não-Governamental (ONG) que, ao se responsabilizar por processos de Educação Ambiental num universo como o da APA, poderia ser também produtora social e favorecer a relação de atores em torno da gestão da área protegida, mobilizando grupos diversos de pessoas para entenderem a APA e dialogar com a gestão.

Na pesquisa junto à APA da Serra da Mantiqueira, uma das principais reflexões a partir do olhar de Toro & Werneck (1996) é a de que o *produtor social* também tem o desafio de lidar com o não compartilhamento de informações como estratégia de disputa nas relações de poder que se estabelecem entre os diversos segmentos representados, equilibrando o *poder-saber* em benefício dos participantes do processo de comunicação – uma vez que o saber é um dos pré-requisitos para a participação social. E mediando os entendimentos diferentes de cada ator dessa rede em torno da APA com relação ao que significa uma Unidade de Conservação, qual o papel das instituições e das pessoas que vivem dentro dela. Isso ajuda a quebrar o paradigma encontrado em vários espaços de participação social que reúne diferentes atores em projetos e programas que envolvem a interface entre Comunicação e Educação Ambiental: o de que basta editar as informações utilizando recursos como linguagem acessível (com menos termos técnicos, por exemplo), para exercer a comunicação com os atores com quem se deseja. Não basta oferecer um produto pronto de comunicação; é preciso pensar que quem recebe informação precisa avançar de receptor e ser ouvido, ampliando a transmissão de informação para o diálogo.

Educomunicação nas instituições e os ODs

Qualquer organização coletiva, seja ela pública ou não, pode ser produtora social e gerar mobilização para a participação social em torno de objetivos comuns. Organizações governamentais ou não governamentais, no entanto, trazem naturalmente o papel de produtores sociais entre seus objetivos como instituições. As instituições é quem recebem a maioria dos investimentos para a realização de programas e projetos de Educação Ambiental, gerando uma assimetria de poder que também tem seus desafios para serem

vencidos no fortalecimento de ecossistemas educacionais - desde o respeito ao compartilhamento de informações até ao quanto os públicos que fazem parte destes ecossistemas têm acesso aos meios de produção de mídia, do computador à internet.

No entanto, pensar a Comunicação “educacionalmente” já significa um avanço para esse fortalecimento. Ainda que a passos lentos, em ações pontuais, até avançar na realização de ideais mais ambiciosos – como seria, por exemplo, a elaboração de planos de comunicação de áreas protegidas com a participação de representantes de moradores que vivem dentro ou no entorno destas áreas. Ou ainda a produção educacional de mídias feitas por estes públicos, em processos mediados por educadores-educadores, não somente por jornalistas; e também promover o acesso a internet e equipamentos de mídia/informática a comunidades que, muitas vezes, estão distantes dos grandes centros. Tais desafios têm tudo a ver com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, plano de ação proposto pela ONU (Organização das Nações Unidas), dividido em 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas, concentrando as ações nas necessidades de quem é mais vulnerável na sociedade global.

Várias áreas são foco dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODs), da saúde à erradicação da pobreza, passando por medidas para combater os impactos das mudanças climáticas, entre outros, reeditando outras agendas pactuadas anteriormente por esforço da própria ONU (os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Mas chama a atenção o fato de o documento reconhecer o momento atual da humanidade, onde “a disseminação da informação e das tecnologias da comunicação e interconectividade global tem um grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento” (ONU, 2016, p. 6).

Chamo a atenção para dois objetivos dessa agenda, que têm tudo a ver com a formação dos ecossistemas educacionais e o papel das instituições públicas na promoção do desenvolvimento sustentável. O primeiro ODs é o de número quatro: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, tendo como uma das metas destacar a de que, até 2030, será preciso “garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (...)” (ONU, 2016, p. 23).

O próximo ODS a destacar dessa agenda é o de número 17: “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2016, p. 37), que traz uma meta de se reforçar parcerias envolvendo diversos setores da sociedade para que “mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e re-

cursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países (...)” (ONU, 2016, p. 37).

Somente a partir da leitura destes dois ODS é possível perceber o quanto a gestão de ecossistemas educacionais na rede de instituições que têm acesso a recursos para programas e projetos de Educação Ambiental e Comunicação, é importante para avançar na inclusão da sociedade, em particular das populações que vivem dentro ou no entorno de áreas protegidas e delas se beneficiam, ou necessitam de apoio, entre outros por sua vulnerabilidade socioambiental. Não existe desenvolvimento sustentável sem acesso a informação, descentralização das relações de poder na gestão do conhecimento e no diálogo intercultural que permita a participação em processos de tomada de decisão. Se é papel das instituições promover o desenvolvimento sustentável, é obrigação dos projetos e programas envolvendo a questão socioambiental, trabalhar o paradigma da Comunicação a partir desse olhar.

Referências

MENEZES, Débora. Comunicação e Mobilização na Gestão Participativa de Unidades de Conservação: o Caso da APA da Serra da Mantiqueira. Dissertação (mestrado) – Laboratório Avançado de Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (LABJOR-UNICAMP. Campinas, SP: 2015;

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. LAYARGUES, Philippe Pomier (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SOARES, Ismar de O. Comunicação/Educação: a Emergência de um Novo Campo e o Perfil de Seus Profissionais. In: **Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte**. Brasília, UNB, ano 1, n. 2, p. 5-75, jan/mar, 1999.

ONU. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em 5 set 2016.

TORO, José Bernardo A., WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um Modo de Construir a Democracia e a Participação**. Brasília: Unicef, 1996.'